



Prefeitura Municipal de Guariba

ESTADO DE SÃO PAULO

CNPJ 48.664.304/0001-80

MENSAGEM nº 31/2023 – do Senhor Prefeito Municipal

GUARIBA, 4 de maio de 2023.

Senhor Presidente,

Senhores Vereadores,

Senhoras Vereadoras,

Tenho a honra de encaminhar à elevada deliberação dessa colenda Câmara Municipal, por intermédio de Vossa Excelência, à elevada apreciação dos senhores Vereadores e Vereadoras, o incluso projeto de lei que: **“DISPÕE SOBRE A PERMISSÃO DE USO, SEM REMUNERAÇÃO E COM ENCARGOS, DO BEM PÚBLICO DENOMINADO COMO CENTRO DE LAZER MUNICIPAL ‘JOSÉ DEODATO’, NA VILA ROCCA, EM FAVOR DA ENTIDADE FILANTRÓPICA: CENTRO SOCIAL COMUNITÁRIO EDUCACIONAL SÃO MATEUS DE GUARIBA, PARA REALIZAÇÃO DA 31ª FESTA DO PEÃO BOIADEIRO DE GUARIBA, NO PERÍODO DE 01 À 30 DE SETEMBRO DE 2023, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”**, para ser apreciado em regime de urgência, nos termos do “caput” do artigo 43, da Lei Orgânica do Município, observadas as disposições pertinentes do Regimento Interno dessa ilustre Casa Legislativa.

Com o arrefecimento da crise pandêmica da Covid-19, que durante os últimos dois anos se alastrou pelo mundo inteiro e impôs à humanidade um dos capítulos mais sofridos de sua história, surgem os primeiros sinais de que a sociedade poderá voltar a viver normalmente, e a população, até que enfim, ocupar os espaços que se viu obrigada a permanecer afastada e isolada, para evitar as aglomerações e os riscos da contaminação da doença viral, como das atividades de lazer comunitário, que é um das formas prioritárias de promoção social, segundo a regra do § 3º, do art. 217, da Constituição Federal, reproduzida como uma das principais ações da Administração Pública, na forma do inciso II, do art. 153, da Lei Orgânica do Município.

Neste novo momento pós pandêmico da Covid-19 permitimos realizar no ano passado de 2022 a realização da 30ª Festa do Peão de Boiadeiro de Guariba, a qual obteve sucesso de público e organização.

De outro lado, a iniciativa do projeto de lei visa atender a regra estampada no § 5º, do art. 103, da Lei Orgânica do Município, incluído pelo artigo 1º, da Emenda nº 1/2010, de 22/04/2010, que estabelece:

“Toda permissão ou uso de bens públicos a entidades filantrópicas para realização de eventos, somente será permitida a terceirização mediante autorização legislativa.”



Prefeitura Municipal de Guariba

ESTADO DE SÃO PAULO

CNPJ 48.664.304/0001-80

A outorga da permissão de uso objetiva também atender o interesse social e educacional deste Município, tendo em vista que *CENTRO SOCIAL COMUNITÁRIO EDUCACIONAL SÃO MATEUS* de Guariba pretende realizar a XXXI Festa do Peão Boiadeiro de Guariba, em parceria com a iniciativa privada, ao ensejo do programa de festejos comemorativos do aniversário de fundação desta cidade, como também angariar fundos para custear sua participação nas ações sociais e educacionais da entidade de natureza filantrópica e sem fins lucrativos em favor da comunidade, conforme sua atuação à décadas nesta cidade.

Como se trata de entidade privada afasta-se a necessidade de chamamento público ou licitação, diante da presença de relevante interesse público devidamente justificado, e também pelo fato de que a outorga da permissão de uso, segundo doutrina uníssona dos administrativistas, configura ato administrativo discricionário e precário (revogável a qualquer tempo), circunstância que, em linha de princípio, afasta a necessidade de licitação, instituto aplicável precipuamente aos contratos da Administração, conforme se vê também, na maior parteda jurisprudência deste país, a título de exemplo, como do *TJSP - Apelação APL nº 994050677525 SP, 9ª Câmara de Direito Público, publicado em 07/04/2010; do TRF-1 AC 58306 MG 2003.38.00.058306-0, publicado em 22/05/2013; e, do TJSE REEX 2012210227 SE, 1ª Câmara Cível, publicado em 18/06/2012.*

Expostas as razões e fundamentos que emprestam motivação para o encaminhamento do presente projeto de lei, enfatizando que a outorga da permissão de uso de bem público ao Centro São Mateus, mediante lei específica, escapa da regra do **§ 3º, do art. 103, da Lei Orgânica do Município**, que autoriza o Executivo a fazê-la a título precário por decreto, mas se insere na exceção do **§ 5º, desse mesmo dispositivo constitucional**, que prevê a necessidade de autorização legislativa quando envolver entidade filantrópica interessada na realização de evento, espero contar com o apoio e a aprovação da matéria, após o cumprimento dos trâmites legislativos, com a máxima urgência possível.

Renovo, a Vossa Excelência e a todos os demais distintos pares: Vereadores e Vereadoras dessa colenda Câmara Municipal, os sinceros protestos de elevada estima e respeitosa consideração.

Respeitosamente,

Celso Antônio Romano
Prefeito Municipal

A Sua Excelência o senhor Vereador, **CÁSSIO APARECIDO PEREIRA**,
Digníssimo **Presidente da Câmara Municipal de Guariba**, Estado de São Paulo.